



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1208/2024
(à MPV 1208/2024)

Acrescente-se inciso IV ao *caput* do art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

IV – o § 17 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991.”

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para a necessidade da redução da alíquota das contribuições previdenciárias dos municípios de 20% para 8% decorre de um contexto complexo e desafiador enfrentado por essas administrações no ano de 2023. As dificuldades em equilibrar as contas previdenciárias evidenciam-se em diversos aspectos, justificando a busca por medidas mitigadoras como a mencionada redução.

Primeiramente, a expressiva dívida acumulada dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), alcançando a cifra de R\$ 190 bilhões, representa uma carga financeira substancial. Essa dívida onerosa compromete significativamente os recursos municipais, impactando diretamente a capacidade de investimento em serviços essenciais à população.

Além disso, as administrações municipais enfrentam um cenário de aumento das despesas previdenciárias, muitas vezes superior ao crescimento das receitas municipais. Esse descompasso entre receitas e despesas previdenciárias



contribui para o agravamento do quadro fiscal, dificultando o fechamento das contas de maneira equilibrada.

A medida aprovada que já havia sido aprovada pelo Congresso, que depois foi revogada pela MP nº 1.202, de 2023, reflete a compreensão de que medidas emergenciais são cruciais para a sustentabilidade financeira dos Municípios. A proposta que retomamos agora visa aliviar o ônus previdenciário, proporcionando um fôlego fiscal que permitiria aos municípios destinar recursos para áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura.

Diante do exposto, solicito apoio dos nobres pares.

Sala da comissão, 29 de fevereiro de 2024.

Senadora Tereza Cristina
(PP - MS)

